



DENÚNCIA	De Ofício (Atividade Fiscalizatória)
PROTOCOLO SICCAU Nº	1.366.103/2021
DENUNCIADO	T. A. D.
RELATORA	Gislaine Vargas Saibro

**DELIBERAÇÃO CED-CAU/RS nº 007/2023**

A COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA – CED-CAU/RS, reunida ordinariamente de modo presencial na sede do CAU/RS, no dia 19 de janeiro de 2023, no uso das competências que lhe conferem o artigo 2º, inciso III, alínea ‘b’, da Resolução CAU/BR nº 30 e o artigo 94, II, do Regimento Interno do CAU/RS;

Considerando os fatos expostos pela Conselheira Relatora, Gislaine Vargas Saibro, no parecer de admissibilidade, no qual concluiu que:

“Conforme a fundamentação exposta ao longo deste parecer de admissibilidade, proponho à CED-CAU/RS acatamento da denúncia e consequente instauração do processo ético-disciplinar, nos termos do art. 20, da Resolução CAU/BR nº 143/2017, para que sejam averiguados os indícios de infração às regras nº 2.2.7 e nº 3.2.7, do Código de Ética e Disciplina, aprovado pela Resolução CAU/BR nº 52/2013, e aos incisos X e IX, do art. 18, da Lei nº 12.378/2010.”

Considerando que compete à CED-CAU/RS realizar o juízo de admissibilidade, imediatamente após a leitura do parecer de admissibilidade emitido pela relatora, nos termos do art. 21 da Resolução CAU/BR nº 143/2017;

**DELIBEROU:**

1. Por aprovar, com 4 (quatro) votos favoráveis, o acatamento da denúncia e a consequente instauração do processo ético-disciplinar em face do arquiteto e urbanista, Sr. T. A. D., registrado no CAU sob o nº A114697-1, nos termos do parecer da relatora, para que sejam averiguados os indícios de infração aos incisos X e IX, do art. 18, da Lei nº 12.378/2010 e às regras nº 2.2.7 e nº 3.2.7, do Código de Ética e Disciplina, aprovado pela Resolução CAU/BR nº 52/2013.
2. Por intimar a parte denunciada da instauração do processo ético-disciplinar, nos termos do art. 23 da Resolução CAU/BR nº 143/2017, abrindo o prazo de 30 (trinta) dias para defesa.
3. Para que sejam efetuadas as demais diligências solicitadas pela conselheira Relatora, conforme parecer de admissibilidade.

Porto Alegre – RS, 19 de janeiro de 2023.



Acompanhado dos votos das conselheiras, Gislaine Vargas Saibro, Carline Luana Carazzo e Silvia Monteiro Barakat, registrada a ausência justificada da conselheira Ingrid Louise de Souza Dahm, atesto a veracidade das informações aqui apresentadas.

**FÁBIO MÜLLER**  
Coordenador da CED-CAU/RS